

HABEAS CORPUS Nº 548.136 - SP (2019/0354510-7)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : BRUNO RODRIGUES ALVES
ADVOGADO : BRUNO RODRIGUES ALVES - SP0350693
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : DANIEL DO NASCIMENTO SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de DANIEL DO NASCIMENTO SANTOS contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferido no Agravo de Execução Penal n.º 0008018-16.2019.8.26.0496.

Consta dos autos que o Juízo das Execuções Penais indeferiu pleito de livramento condicional (fls. 41-42).

Inconformado, o Apenado interpôs agravo em execução, que foi desprovido pelo Colegiado de origem (fls. 47-53).

Neste *writ*, o Impetrante sustenta, em suma, que não foi apresentada fundamentação idônea para o indeferimento do pleito de livramento condicional, porquanto o Paciente preenche todos os requisitos necessários para o deferimento do benefício.

Requer, em liminar e no mérito, a concessão do livramento condicional.

É o relatório.

Decido o pedido urgente.

O Juízo das Execuções Penais indeferiu o pleito executório nos seguintes termos (fls. 41-42, sem grifos no original):

"O sentenciado cumpria pena em regime fechado e foi beneficiado com a progressão ao regime semiaberto em 11/06/2019 próximo passado e sequer ainda deu mostras de adequação à menor vigilância, não sendo viável a concessão de livramento condicional sem antes passar efetivamente pelo regime intermediário.

Ou seja, a concessão desse benefício configuraria verdadeira progressão por saltos, vedada em nosso ordenamento jurídico, ante a necessidade de permanecer por período razoável no regime intermediário, quando será avaliado de maneira mais adequada e mais próxima da realidade que encontrará nas ruas, verificando-se a absorção ou não da terapêutica penal.

Superior Tribunal de Justiça

Nesse sentido:

Agravo em Execução. Indeferimento do livramento condicional. Insurge-se a Defesa, entendendo preencher todos os requisitos por lei exigidos. O sentenciado não preenche as condições necessárias à concessão da benesse. Vedada a progressão por saltos. Foi-lhe deferido o regime semiaberto. Necessário o cumprimento de lapso temporal razoável no atual regime para se verificar a absorção da terapêutica penal.

Precipitada a concessão do benefício almejado. Agravo impróvido (TJSP Agravo em execução 7000274-63.2014.8.26.0482; d.J. 23/03/2015).

Posto isso, indefiro o livramento condicional ao sentenciado Daniel do Nascimento Santos, MTR: 465058-6, RG: 40460595, RGC: 61.112.200, RJI: 170079671-95, Penitenciária de Araraquara.

Intimem-se as partes."

O Colegiado de origem expôs as seguintes razões ao negar provimento ao agravo em execução penal (fls. 49-52, sem grifos no original):

"Depreende-se dos autos que DANIEL cumpre pena privativa de liberdade de 09 (nove) anos e 18 (dezoito) dias de reclusão, pela prática dos crimes de roubo majorado e furto, com término previsto para 10/01/2025 (fls. 15 e ss.).

Como é cediço, à obtenção do benefício de livramento condicional, é necessário que o condenado preencha tanto o requisito objetivo como o subjetivo.

Em 11/06/2019, foi deferido ao agravante a progressão ao regime semiaberto e indeferido o livramento condicional, sob o argumento de que 'o sentenciado cumpre pena em regime fechado, não sendo permitida a concessão de livramento condicional sem antes passar pelo regime intermediário. Ou seja, a concessão desse benefício configuraria verdadeira progressão por saltos, vedada em nosso ordenamento jurídico, ante a necessidade de permanecer por período razoável no regime intermediário, quando será avaliado de maneira mais adequada e mais próxima da realidade que encontrará nas ruas, verificando-se a absorção ou não da terapêutica penal' (fls. 26).

O defensor do réu, então, renovou o pedido de concessão do livramento condicional, que foi novamente indeferido pelo MM. Juízo a quo, em 16/07/2019, tendo em vista que 'o sentenciado cumpria pena em regime fechado e foi beneficiado com a progressão ao regime semiaberto em 11/06/2019 próximo passado e sequer ainda deu mostras de adequação à menor vigilância, não sendo viável a concessão de livramento condicional sem antes passar efetivamente pelo regime intermediário' (fls. 38).

De fato, a execução das penas no sistema carcerário brasileiro se dá de forma progressiva, ou seja, com passagem do regime mais

rigoroso para outro mais brando, nos termos do artigo 112 da LEP: 'A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos um sexto da pena no regime anterior e ostentar bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor do estabelecimento, respeitadas as normas que vedam a progressão'.

Não há previsão legal determinando que para a obtenção do livramento condicional haja a passagem pelo regime intermediário.

Entretanto, é salutar que o requerente vivencie primeiro uma modalidade prisional mais branda (recém-concedida), a fim de que se possa aferir, com maior precisão, se está assimilando a terapêutica penal ministrada para, posteriormente, alcançar benefício de tamanha amplitude como o livramento condicional.

Esse período servirá para maior reflexão sobre o comportamento delitivo e suas consequências, possibilitando uma melhor ressocialização e futura reintegração ao meio social.

E a jurisprudência não discrepa desta inteligência:

[...]

Frise-se, ainda, que o exame criminológico de fls. 19/20 foi favorável apenas à progressão ao regime semiaberto.

Assim, agiu corretamente o MM. Magistrado a quo ao indeferir o livramento condicional."

Como se vê, o Juízo das Execuções Criminais – referendado pelo Tribunal Local – indeferiu o pedido de livramento condicional formulado pelo Paciente ao argumento de que ele deveria, primeiramente, vivenciar o regime intermediário.

Contudo, tal entendimento destoaria da jurisprudência deste Tribunal Superior, firmada no sentido de que não há obrigatoriedade de que o Apenado passe pelo regime semiaberto para obter o benefício do livramento condicional, tendo em vista a falta de previsão no art. 83 do Código Penal.

Nesse sentido, destaco, entre outros, os seguintes precedentes de ambas as Turmas que compõem a Terceira Seção desta Corte:

"AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS CONCEDIDO LIMINARMENTE. [...]. EXECUÇÃO PENAL. INDEFERIDO O LIVRAMENTO CONDICIONAL EM RAZÃO DA NECESSIDADE DE VIVENCIAR O REGIME INTERMEDIÁRIO. FUNDAMENTO INIDÔNEO. PRECEDENTES.

[...]

3. É pacífico no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que não há obrigatoriedade de que o apenado vivencie o regime

semiaberto para obter o benefício do livramento condicional, em razão da falta de previsão legal.

4. *Agravo regimental improvido.*" (AgRg no HC 498.805/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 11/04/2019, DJe 29/04/2019; sem grifos no original.)

"EXECUÇÃO PENAL. [...]. LIVRAMENTO CONDICIONAL. INDEFERIMENTO. JUSTIFICAÇÃO UNICAMENTE NA NECESSIDADE DE ADAPTAÇÃO A UM REGIME MAIS LIBERAL, PARA, POSTERIORMENTE, AVENTURAR-SE A SENTENCIADA A DESFRUTAR DE MAIOR LIBERDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CONFIGURADO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO. [...]

2. No caso concreto, foi indeferido o benefício do livramento condicional, tão somente em virtude da necessidade de se observar o comportamento da sentenciada durante o cumprimento da pena em regime semiaberto antes de lhe propiciar a liberdade condicional.

3. Sobre a matéria, a jurisprudência deste Tribunal consolidou entendimento no sentido de que não há obrigatoriedade de o(a) apenado(a) passar por regime intermediário para que obtenha o benefício do livramento condicional, ante a inexistência de previsão no art. 83 do Código Penal.

4. Habeas corpus não conhecido. Contudo, ordem concedida de ofício para determinar que, afastada a exigência do cumprimento da pena em regime semiaberto, o Juízo das Execuções Criminais reaprecie o pedido de livramento condicional da apenada, à luz dos requisitos legais e do comportamento carcerário." (HC 468.579/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 23/10/2018, DJe 31/10/2018; sem grifos no original.)

Ante o exposto, DEFIRO, EM MENOR EXTENSÃO, o pedido liminar para determinar ao Juízo das Execuções Criminais que aprecie o pleito de livramento condicional formulado pelo Paciente, nos termos do art. 83 do Código Penal, afastada a exigência do cumprimento/vivência da pena no regime intermediário.

Oficie-se, com urgência, ao Tribunal de origem e ao Juízo de primeira instância, encaminhando-lhes cópia da presente decisão.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeira instância e ao Tribunal local, determinando o fornecimento da SENHA de acesso aos andamentos processuais.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora